Trajetórias de organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Palmeira-Pr.

Lorenna Rochinski (PIBIC/Fundação Araucária/UEPG), Rosangela Maria Silva Petuba (Orientador), e-mail: rosangelapetuba@yahoo.com.br.

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de História.

Ciências Humanas, História do Brasil.

Palavras-chave: Sindicalismo rural, agricultores familiares, movimentos sociais.

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo uma análise histórica a respeito da trajetória social e constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira, localizado no Estado do Paraná. Ao mesmo tempo, realizou um levantamento de dados que historiograficamente ajudem a compreender o papel do Sindicato na consolidação de leis e políticas específicas para a agricultura familiar da região. A discussão ao longo deste trabalho, apontou ainda um panorama geral dos principais contextos que engendraram o fenômeno do Sindicalismo Rural, principalmente na região Sul do Estado, em contraste com as demais regiões que no período em questão, contestavam o então vigente “Sindicalismo de Estado”.

Introdução

O Sindicalismo Rural é um fenômeno amplo e que abrange a maioria do território brasileiro. Segundo Favareto (2006), os sindicatos rurais constituem a maioria dos sindicatos atuantes no Brasil. O sindicalismo rural teve uma participação importante no processo de luta pela terra e pela melhoria de condições de vida de pequenos e médios agricultores no país. A esta conduta, soma-se a bandeira da reforma agrária e o envolvimento direto nas lutas de posses de terras e conquistas sociais aos agricultores. Também faz parte deste mesmo contexto, os movimentos eclesiais de base, que juntamente com a Teologia da Libertação, geraram uma série de ações e movimentos que através do Evangelho, buscavam contestar as desigualdades sociais. Estes movimentos, auxiliaram na organização de trabalhadores e trabalhadoras, constituindo lideranças e fortalecendo essa forma de sindicalismo.

Materiais e Métodos

Para esta pesquisa, foram utilizados referenciais bibliográficos sobre o Sindicalismo Rural no Brasil. Devido à grande influência que os movimentos criados por Pastorais Sociais da Igreja Católica exerceram na criação de organizações sindicais no espaço rural, há nesta pesquisa referências a respeito da Teologia da Libertação, que se constituiu em forte vetor de pensamento das Pastorais Sociais e Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) que atuavam na formação de tais organizações sindicais. Os principais autores utilizados foram Mario Henrique Guedes Ladosky (UFCG) que demonstra um panorama do desenvolvimento sindical no pais e mais especificamente as necessidades da categoria rural frente aos contextos da época; Arilson Favareto que traz a perspectiva do surgimento da

categoria rural enquanto classe social portadora de necessidades específicas e também Marcelo Badaró Mattos, que trata as questões sindicais desde o sindicalismo novo.
Esta pesquisa realizou um levantamento dos principais documentos existentes no próprio Sindicato juntamente com uma prévia organização documental que antecedeu a pesquisa. As principais fontes utilizadas neste projeto foram as Atas de reuniões, assembleias e eleições, realizadas no período de 1986 até 2016. Para a análise das Atas, foi realizado um prévio fichamento do conteúdo das mesmas, seguido de uma análise conjunta das informações encontradas e a bibliografia estudada.

Resultados e Discussão

A documentação encontrada no acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira relata sobre o trabalho desenvolvido pela Pastoral da Terra, inspirada nos ideais da Teologia da Libertação, em conjunto com as CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) nas comunidades interioranas do Município de Palmeira com o intuito de formar bases para a constituição do Sindicato. Esta trabalho foi orientado pelo então Bispo Dom Ladislau Biernatski e seus demais eclesiais. Na organização inicial das bases sindicais, buscava-se explanar aos agricultores, as diferenças entre as funções exercidas pelo Sindicato Patronal e pelo que viria a ser o Sindicato dos Trabalhadores rurais. De acordo com um documento produzido pelo próprio Sindicato, os integrantes da Pastoral da Terra percorriam as comunidades lançando e construindo com os agricultores, uma ideia de um sindicato sem fim assistencial. No acervo do Sindicato, encontra-se um texto comemorativo de seus 27 anos[1], no qual relata a dificuldade inicial do Sindicato em firma-se como uma entidade sem cunho religioso, abrangendo pessoas de outras religiões, pelo fato de ter sido constituído através do trabalho de base de Pastorais Eclesiais. Em citação, Lauri Serrato, um dos associados do sindicato, aponta que para que "primeiramente associavam a organização a uma entidade exclusivamente Católica, e posteriormente, visto como Sindicato específico do Partido dos Trabalhadores (PT)."[2] Esta informação pode ser contrastada com os registros em Ata, que demonstram uma preocupação nos anos iniciais em esclarecer o que era e como funcionava a organização sindical, perpassando por temas e discussões em assembleias que ao longo dos anos, foram contribuindo para a formação de um identidade própria deste sindicato.
É possível constatar, através da análise conjunta das Atas e documentos do Sindicato, em paralelo com a bibliografia estudada, um fenômeno ocorrente entre as décadas de 1970 e 1990, onde as organizações sindicais iniciam um processo de oposição ao que denominavam de "sindicalismo de Estado". Segundo Mattos (2003) a aproximação entre o Estado e os sindicatos neste período, funcionava como uma espécie de "pacto" onde os trabalhadores abriam mão de sua autonomia e combatividade sindical em troca de benefícios materiais e legislativos concedidos pela legislação social. Enquanto na região Sudoeste do Estado, criticava-se o modelo sindical vigente, na região Centro-Sul, buscava-se a constituição de sindicatos não atrelados ao Estado, que buscassem principalmente representar a

[1] Datado do ano de 2012, mas sem possuir maiores referências quanto a autores e de onde provém tais informações.
[2] Informativo Especial do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira em comemoração a seus 27 anos de existência. Datado de 2012, sem mais referências.

categoria de pequenos agricultores que até então não possuíam representatividade. De acordo com Silva e Reich (2001) este processo foi influenciado por três fatores: a abertura política e redemocratização do país pós regime militar, a necessidade de encarar os problemas do modelo de desenvolvimento na agricultura implementado no regime militar caracterizado por uma modernização conversadora, e a ação desenvolvida pela Igreja através das comunidades eclesiais de Base e as Pastorais Sociais, como a Pastoral da Terra. Neste contexto, surge em 1985 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira, buscando incluir e representar os então chamados pequenos agricultores. Juntamente a este fato, evidencia-se ainda, na construção dos diversos STR's brasileiros, o crescimento e afirmação de uma identidade própria da categoria de pequenos agricultores, posteriormente denominados de agricultores familiares.

De acordo com Schneider (2003), a emergência do termo "agricultura familiar" ocorreu por volta da década de 1990, período em que houve uma efervescência dos movimentos sociais ligados à Contag e a CUT, principalmente na região Centro-Sul. A incorporação do conceito de "agricultura familiar" foi capaz além de garantir uma identidade própria aos pequenos produtores rurais, de garantir um conjunto de políticas específicas à categoria e sua afirmação no cenário político e social brasileiro. De acordo com um material produzido pela Fetraf-Sul em conjunto com a CUT, a agricultura familiar se caracteriza pela pequena propriedade rural, enquanto uma categoria social com abrangências e significados próprios.

Conclusões

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira constitui-se como um dos muitos sindicatos de trabalhadores rurais da região Sul e assim como afirma Favareto (2006) não deve ser interpretado como um mero desdobramento de uma condição social de seus protagonistas, mas como uma necessidade contextual, devido as necessidades constantes de representatividade da categoria rural dos pequenos agricultores que buscavam a afirmação e ampliação de seus direitos e de políticas públicas para sua categoria em contraste com o modelo de desenvolvimento agrário então voltado para o agronegócio. Desse modo, em meio às políticas de desenvolvimento e divisão de terras, a categoria dos agricultores familiares, procurou através da filiação sindical, consolidar meios de luta e militância. Na medida em que se tem o desenvolvimento de vários STR's na região Sul, temos a ascensão de uma identidade própria dos agricultores familiares que neste momento, possuem além de uma denominação categórica, uma entidade sindical de luta e representatividade sem estarem atrelados ao Estado como nas organizações anteriores.

Outro fato observado na pesquisa, foi o aumento na participação feminina nos assuntos políticos deste Sindicato ao longo dos anos, constatado a partir da observação das assinaturas em Atas das pessoas que participavam das reuniões e Assembleias. Constata-se portanto, além do aumento da participação feminina, um crescimento geral de associados e principalmente de várias gerações de agricultores familiares, juntamente com um aumento de serviços oferecidos pela organização. Desse modo, conclui-se que o fenômeno sindical estudado contribuiu para além da construção de uma identidade própria de seus associados frente ao desenvolvimento econômico, social e cultural, uma participação mais ativa desta categoria de associados no mundo político, discussões sociais e seguridade de direitos.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a meus pais, familiares e amigos que me incentivaram nesta pesquisa. Também agradeço enormemente a minha orientadora Rosangela Maria Silva Petuba, por seu trabalho de orientação e revisão desta pesquisa. Agradeço igualmente a CNPQ e a Fundação Araucária, instituições de fomento à pesquisa e iniciação científica pela oportunidade de desenvolver este projeto.

Referências

BAUMFELD, Carlos Minc. **A reconquista da terra: Estatuto da Terra, lutas no campo e reforma agrária.** J. Zahar Editor, 1985.

FAVARETO, Arilson. **Agricultores, Trabalhadores: Os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 21, nº 62. São Paulo, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio. A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.** Estudos avançados, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

RAMOS, Carolina. **A construção do sindicalismo rural brasileiro.** Doutorado em História, UFF, Rio de Janeiro, [2012?].

RAMOS, Carolina. **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985).** 2010, 266 f. Tese (Defesa do Programa de Pós-Graduação em História) - Faculdade de História, UFF, Rio de Janeiro, 2011.

REICH, Leonilda; SILVA, Rodrigues, Marcos. **A Fetraf-Sul/CUT e o novo sindicalismo.** Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, [2001?].

RÉMOND, René; ROCHA, Dora. **Por uma história política.** Editora UFRJ, 1996.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista brasileira de ciências sociais. São Paulo. Vol. 18, n. 51 (fev. 2003), p. 99-122, 2003.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, 1992.

STEDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990.** 1ª Ed. São Paulo: Expresso Popular, 2013.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** In: Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. Fundação Perseu Abramo, 1999.

VELASCO, Sirio Lopez. Reflexões sobre a filosofia da libertação. Campo Grande: CEFIL, 1991.